



History of Education in Latin America - HistELA

This work is licensed under a [Creative Commons — Attribution 4.0 International — CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

História da Criação da Santa Casa de Misericórdia de Catalão: Contribuições à Educação Médica em Catalão-GO

History of the Creation of the Santa Casa de Misericórdia de Catalão: Contributions to Medical Education in Catalão-GO

Carlos Alberto Alves Quintino Filho

Orcid: 0009-0000-3379-1687

Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Catalão - GO, Email: carlos.filho@discente.ufcat.edu.br

Francisco Ricardo Miranda Pinto

Orcid: 0000-0003-0771-6266

Universidade Federal de Catalão; Instituto de Biotecnologia; Curso de Medicina, Catalão - GO

Email: francisco_pinto@ufcat.edu.br

DOI: 10.21680/2596-0113.2024v7n1ID38028

Citation: Filho, Carlos Alberto Alves Quintino; Pinto, Francisco Ricardo Miranda.. (2024). História da Criação da Santa Casa de Misericórdia de Catalão: Contribuições à Educação Médica em Catalão-GO. *History of Education in Latin America - HistELA*, 7(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/38028>

Competing interests: The author has declared that no competing interests exist.

Editor: Olivia Moraes de Medeiros Neta

Received: 30/08/2024

Approved: 05/10/2024

OOPEN ACCESS

Resumo

No ano de 1949, em Catalão-GO, foi dado início à criação da Santa Casa de Misericórdia de Catalão. O objetivo é descrever o processo histórico de constituição da Santa Casa de Misericórdia de Catalão e a sua contribuição para o reconhecimento da criação de uma escola médica no município. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo histórico, realizado a partir de fontes históricas, como documentos e materiais jornalísticos. Os dados apontam para uma instituição cujo processo histórico se coloca como desvelador da necessidade de uma escola médica dentro do município, que atenda às necessidades da população e forme profissionais com competências e habilidades que sejam preconizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Conclui-se que o legado histórico e educacional da Santa Casa de Misericórdia de Catalão foi a formação de uma estrutura hospitalar filantrópica consolidada e o auxílio para formação educacional de novos médicos.

Palavras-chave: História. Santa Casa. Catalão. Educação Médica.

Abstract

In 1949, in Catalão-GO, the creation of the Santa Casa de Misericórdia de Catalão began. The objective is to describe the historical process of establishing the Santa Casa de Misericórdia de Catalão and its contribution to the recognition of the creation of a medical school in the municipality. This is a qualitative, historical study, carried out using historical sources, such as documents and journalistic materials. The data point to an institution whose historical process reveals the need for a medical school within the municipality, which meets the needs of the population and trains professionals with skills and abilities that are recommended by the Sistema Único de Saúde (SUS). It is concluded that the historical and educational legacy of Santa Casa de Misericórdia de Catalão was the formation of a consolidated philanthropic hospital structure and assistance in the educational training of new doctors.

Keywords: History. Santa Casa. Catalão. Medical Education.

Introdução

As Santas Casas de Misericórdias foram, inicialmente, criadas em Portugal, sendo originárias nas Confrarias de Misericórdias, denominadas, popularmente, na época, como Misericórdias. Estas instituições com objetivos assistenciais e espirituais.

Estas confrarias, na qual a primeira fundação ocorreu em 1498, em Lisboa, tornaram-se as mais importantes confrarias portuguesas da época Moderna, devido à sua rápida difusão por todo o país e pelo espaço ultramarino português. Estas confrarias assumiram-se como eficazes estruturas assistenciais que respondiam às necessidades sociais desse período, constituindo-se como uma experiência espiritual, cultural e institucional (Pinho, 2012).

Da data de fundação até os dias atuais, as Santas Casas continuam cumprindo um importante papel social não somente em Portugal, assim como no Brasil, tentando, desde então, amenizar o problema da saúde dos mais necessitados, que não possuem a assistência do Estado (Abreu, 2001).

Além disso, destaca-se que as Misericórdias não atuaram somente em Portugal, mas também no Brasil e norte da África, tendo como modelo assistencial o mesmo da

metrópole. Embora sem nenhum tipo de vínculo colonial, elas também existiram no Japão, nas Filipinas e nas Índias, adotando o mesmo modelo lusitano (Pinho, 2012).

No Brasil, a história das Santas Casas foi iniciada com o processo colonizador português, na qual havia interesses comerciais da elite portuguesa, somado aos interesses religiosos da Igreja Católica Apostólica Romana (Silva, 2010).

Além disso, enfatiza-se que a Coroa portuguesa, com o intuito de moralizar o comportamento dos colonizados da nova terra, utilizava do apoio da Igreja Católica, principalmente da Companhia de Jesus, que congregava os padres Jesuítas, que eram responsáveis pela fundação e administração das Santas Casas de Misericórdias, que com o passar do tempo, espalharam-se por todo o país (Ferreira, 2017).

O surgimento das Santas Casas de Misericórdia no Brasil, seguiu o caminho dos exploradores de madeira e especiarias, tendo como objetivo cuidar dos pobres, viúvas, enfermos e abandonados (Silva, 2010).

Em 1532, houve a construção de uma Santa Casa de Misericórdia, denominada de Hospital de Todos os Santos, inaugurado em 1543, sendo o primeiro hospital do Brasil e o segundo da América.

A segunda Santa Casa de Misericórdia foi a da Baía, na qual foi fundado pelo Governador Geral da Província, Tomé de Sousa, em 1549. Da mesma forma que suas congêneres portuguesas, esta também se dedicava aos pobres, aos mendigos, aos viajantes e aos doentes (Carneiro, 1986).

Entre outras Santas Casas de Misericórdias existente no Brasil colonial, Carneiro (1986) destaca a Santa Casa de Misericórdia de Pernambuco (1560), a Santa Casa do Rio de Janeiro (1567), a Irmandade da Santa Casa de São Paulo (1599), a Irmandade da Santa Casa da Paraíba (1602) e a Irmandade da Santa Casa de Belém (1619).

No período monárquico, surgiram, principalmente, duas Misericórdias de extrema importância: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Manaus (1853) e a Santa Casa de Misericórdia do Recife (1860).

Após esse período, diversas outras Santas Casas de Misericórdias foram construídas e inauguradas em diversos pontos do país, podendo destacar a Santa Casa de Campinas (1876), a Santa Casa de Curitiba (1880), a Santa Casa de São José dos Campos (1899), a Santa Casa de Vitória da Conquista (1914) e a Santa Casa de Campo Grande (1917) (Carneiro, 1986).

No cenário do sudeste goiano, a partir de 1949, a história da Santa Casa de Misericórdia de Catalão foi e continua sendo de suma importância, tanto para a memória da cidade de Catalão, quanto para a própria instituição hospitalar filantrópica.

Dessa forma, apresentar este estudo sobre a história da criação da Santa Casa de Misericórdia de Catalão e entender a contribuição desta instituição para a educação médica da cidade de Catalão-GO é socializar a história dessa importante unidade de saúde filantrópica, como meio de entender qual o propósito e influência da Santa Casa com o atendimento regional nas mais diversas ocasiões e necessidades de saúde da região, concomitante à formação educacional de novos médicos.

Metodologia

Este estudo é do tipo histórico, de abordagem qualitativa. Os estudos qualitativos se preocupam com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, de aspirações, de crenças, de valores e de atitudes (MINAYO, 2014). Os métodos históricos são aqueles que compreendem um conjunto de sistemáticas em que os historiadores utilizam para compreender e organizar acontecimentos passados, de modo a permitir a elaboração de uma historiografia, ou seja, estudar e delimitar um contexto histórico (PADILHA; BORENSTEIN, 2005).

O estudo tem como objeto o entendimento sobre a história da Santa Casa de Misericórdia de Catalão, sua importância e contribuições para a saúde da região e para a educação médica da cidade de Catalão-GO. É parte integrante da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Santa Casa de Misericórdia de Catalão: História e Contribuições à Saúde Local”.

O período de realização foi de setembro de 2023 a agosto de 2024, na qual houveram buscas de fontes primárias e secundárias que revelem a história da Santa Casa de Catalão, as contribuições para a saúde local e a importância desta instituição filantrópica na educação e formação de novos médicos para a região.

O locus geográfico foi o município de Catalão, estado de Goiás, um dos principais do sudeste goiano, tanto em questão econômica, quanto na questão populacional, visto que há uma grande integração por meio da estrada de ferro, que liga à capital do país (Brasília) ao maior centro financeiro do Brasil (São Paulo) (BUENO, 2007).

O locus institucional foi a Santa Casa de Misericórdia de Catalão, uma instituição filantrópica de assistência à saúde que se localiza na Praça das Mães, s/n, no bairro São João, em Catalão/GO.

A busca de dados foi realizada nas bases de dado, principalmente no Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline), e PubMed, além da hand search, pesquisa nas referências bibliográficas dos artigos coletados, para identificar outras fontes que possam ser incluídas na revisão.

Além disso, foi considerado o uso da literatura cinzenta, aquela não publicada em periódicos, manuscripts, livros, e-books etc., disponível em acervos pessoais da instituição e sites.

Para a Revisão de Literatura foi respeitada a Lei nº 9.610, a Lei do Direito Autoral, de 19 de fevereiro de 1998, na qual atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, o artigo 5º da Constituição Federal, inciso XXVII, na qual estabelece direito exclusivo do autor sobre suas obras, e, por fim, o artigo 1.228 do Código Civil, na qual diz que o autor tem o direito de usar, publicar e reproduzir suas ideias.

Resultados e Discussões

A Santa Casa de Misericórdia de Catalão é uma instituição filantrópica e sem fins lucrativos, de extrema importância para a cidade de Catalão e a região adjacente da estrada de ferro. A instituição teve o início de sua construção no ano de 1949, especificamente na data de 19 de janeiro de 1949. Depois de 10 anos do início, em 20 de agosto de 1959, iniciou seu funcionamento.

Segundo Franco (2014), a instituição catalana pode ser comparada com as Misericórdias portuguesas, visto que apresenta-se como autônoma e sem hierarquia com outras instituições da região, com o caráter essencialmente assistencialista, que jamais pode abandonar seu caráter essencialmente local.

A instituição foi, segundo a Academia Catalana de Letras, o maior presente que a cidade ganhou em comemoração ao centenário da cidade. A fundação desta antiga instituição teve como objetivo criar um hospital que tivesse serviço médico hospitalar para aproximadamente 15.000 catalanos e populações adjacentes da cidade. A ideia de se construir uma unidade hospitalar da Santa Casa na cidade de Catalão adveio da necessidade da população mais periférica da cidade a obter acesso à saúde em seu próprio município, pois, antes da inauguração, não havia acesso hospitalar aos cidadãos que não possuíam plano de saúde (Abrão, 2020).

Na realidade catalana, até a metade do século XX, o atendimento médico da população local era na cidade de Araguari, município de Minas Gerais, na qual eram realizados na Santa Casa de Araguari. No entanto, relatos da época mostram que a viagem era longa, de cerca de 5 horas, com infraestrutura precária. Ainda assim, esta instituição mineira era de extrema importância para os cidadãos catalanos de menor poder aquisitivo, além dos indigentes (Abrão, 2020).

Assim como nos ideais de difusão português nas américas, na qual confere o papel das Santas Casas como uma instituição de apoio e atendimento das populações mais frágeis da região, a Santa Casa de Misericórdia de Catalão atua semelhante ao modelo lusitano implantado no Brasil, na qual promoveu acesso à saúde aos munícipes que possuíam fragilidades de saúde e dependiam da região do Triângulo Mineiro para atendimento de saúde (Franco, 2014).

Nesta época, o cenário da saúde no Brasil retratava uma política de saúde herdada, inicialmente, pela primeira Era Vargas, na qual, na Revolução de 1930, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública (Mesp). Este novo Ministério foi uma herança do Departamento de Saúde de 1920, no entanto, uma fatia importante deste Ministério cabia à Educação.

No momento do fim do Estado Novo (1945), a estrutura da Saúde no Brasil se organizava no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), que, posteriormente, torna-se o Departamento Nacional de Saúde (DNS), tratando de temáticas de suma importância, como combate a endemias e epidemias, além de combate a doenças contagiosas e assistência médica individual (Hochman, 2005).

Em 1953, época do Segundo Governo de Vargas e época de processo de construção da Santa Casa de Misericórdia de Catalão, depois de movimentações políticas e de profissionais da área da saúde, principalmente os sanitaristas, o Ministério da Saúde foi finalmente criado. No entanto, houve continuação no processo de atendimento e assistência médica voltado a realidade previdenciária, até a década de 60, fruto da herança do controle da assistência individual realizada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Nesta época, observava-se um início de crítica ao modelo de assistência à saúde com ações verticalizadas, sendo que os chamados sanitaristas desenvolvimentistas, entendiam uma nova forma de saúde, na qual o desenvolvimento econômico acarretaria em maior sucesso no âmbito social, melhorando, conseqüentemente, as condições de vida e saúde da população.

No entanto, este pensamento desenvolvimentista emergente na época teve seu rompimento pelo golpe civil militar de 1964, na qual houve cassação e perseguição das lideranças sanitaristas (Reis, 2023).

Visto estas necessidades assistenciais de saúde na cidade de Catalão, veio a ideia de fundar um centro hospitalar na cidade de Catalão, por meio da campanha política de 1947, do candidato à prefeitura, João Netto de Campos. Nos discursos de campanha da época, o político ressaltava a importância e carência de um hospital municipal e tinha o apoio da comunidade para realizar este projeto. Depois de eleito prefeito da cidade, continuou a difundir a ideia e queria o auxílio dos cidadãos para a elaboração desta unidade hospitalar de caridade na cidade de Catalão (Abrão, 2020).

Assim como encontrado em Catalão, a irmandade de Santo Amaro, na Bahia, surgiu após uma necessidade de saúde realizada e liderada por algumas das principais pessoas da vila, sendo que necessitavam da autorização local e a aprovação régia, baseando-se nos estatutos de Lisboa, o que, na metade do século XX, não era mais necessário, na realidade catalana (Franco, 2014).

Na data de 18 de janeiro do ano de 1949, no salão nobre do fórum municipal de Catalão, localizado no centro da cidade, foi realizada a eleição da comissão que seria encarregada pela realização do planejamento para a construção da Santa Casa de Misericórdia de Catalão, que, futuramente, se tornaria a principal instituição de saúde da cidade (SCMC, 1949).

Os políticos e aliados encarregados nesta tarefa foram os seguintes: Antonio Miguel Chaud, Aníbal Jajah, David Persicano, Euclides Santos, Enéas Fonseca, Florindo Braga, Galego Paranhos, João Meireles, José Victor Rodrigues, João Miguel Safatle, Jamil Sebba, José de Campos Meireles, José Netto de Campos, João Martins Teixeira, José Marcelino da Silva, Lamartine Pinto de Avelar, Luiz Alcântara de Oliveira e Tharsis Campos (Abrão, 2020).

Assim como na de Catalão, encontrado também na historicidade da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, os fundadores e provedores da instituição possuíam amplo poder no governo local e possuíam prestígio social, desta forma, além do financiamento estatal para a realização das obras, utilizavam-se de doação particulares realizadas pela elite local (SAMPAIO, 2019).

As primeiras atas da Santa Casa de Catalão dizem que, na primeira reunião, em 18 de janeiro de 1949, foi escolhida a diretoria da futura Santa Casa, sendo que esta diretoria devia conduzir o processo completo de construção da unidade hospitalar. Nesta reunião foi debatido a confecção do estatuto, legalização da Santa Casa como entidade de pessoa jurídica, aquisição de terrenos, encaminhamento de documentação para a obtenção de auxílios e iniciação dos serviços de construção (SCMC, 1949).

O projeto e a estrutura básica da obra, que previa, inicialmente, 50 leitos, foi realizado pelo Ministério da Saúde com a atuação, principalmente, de Antônio Chaud, que era professor e entusiasta de melhorias de infraestrutura para Catalão.

Além disso, o advogado Tharsis Campos foi o responsável por toda a parte jurídica da instituição, na qual foi o responsável por elaborar os estatutos, regimentos, normas clínicas e a solicitação de verbas e subvenções para a instituição (Abrão, 2020).

Assim como ocorrido em Catalão, devido ao intenso crescimento urbano, em Belém, no Pará, no ano 1900, foi necessária a construção de um novo hospital da Santa Casa de Misericórdia, com maior capacidade para suportar o grande e intenso crescimento urbano da capital paraense. Assim, Miranda (2015) deixa claro a necessidade, assim como a congênera catalana, de providenciar a aquisição de novos terrenos adjacentes à antiga unidade, os encaminhamentos para os auxílios financeiros e para a construção da nova instituição hospitalar filantrópica.

A busca por verbas governamentais permeia tanto o processo de construção da Santa Casa de Misericórdia de Catalão, como, anteriormente, à sua congênere na capital paulista, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, na qual, segundo Silva (2010), o governo paulista incentivava, por meio de verbas, a construção da instituição, principalmente, no final do século XIX, do prédio principal da unidade. Além disso, assim como na realidade Catalana, na situação paulistana, houve auxílio não apenas do Governo do Estado, como também do Governo Federal e do município, constituindo grandes aportes financeiros para a construção de ambas as instituições.

A primeira diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Catalão foi definida com o Dr. Galego Paranhos como Presidente de Honra, João Netto de Campos como Presidente da Comissão, Euclides Santos como Vice Presidente, Antônio Miguel Jorge como 1º Secretário, João Meireles como 2º Secretário, José Rodrigues como 1º Tesoureiro e João Safatle como 2º Tesoureiro.

Na Seção Médica do Conselho Executivo estava o Dr. Lamartine Avelar, o Dr. Jamil Sebba, o Dr. Luis Alcântara e o Dr. David. Na Seção Jurídica do Conselho Executivo foram definidos os seguintes nomes: Thaisis, José Meireles, Aníbal, Florindo Braga e José Netto de Campos. Na Seção Técnica do Conselho Executivo foram definidos os seguintes nomes: João Martins, Lucas da Fonseca e José Marcelino (SCMC, 1949).

Segundo Gonçalves (2015), assim como presente em Catalão, a Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei possuía também uma mesa diretora e administrativa da instituição, sendo que, assim como em Goiás, foi essencial para a busca de recursos e solicitações de obras públicas, principalmente na figura do engenheiro Carlos Copsey e do tesoureiro João Rodrigues de Melo, para o planejamento da planta matriz e o orçamento da obra, para dar início à construção deste importante hospital filantrópico mineiro.

No ano de 1949, importantes passos foram dados, como a procuração ao Governo Federal para o processo de pagamento do auxílio à Santa Casa, a escolha do terreno e ajuste no preço de venda e, por fim, a proposta do Dr. Tristão Pereira, engenheiro da empresa Neto LTDA, de Goiânia, para a construção da instituição, oferecendo facilidades e vantagens à diretoria.

Diferentemente de Catalão, a Santa Casa de São João Del Rei não foi planejada e instituída a execução do projeto por uma empresa de caráter privado, sendo realizado pelo engenheiro Carlos Copsey, membro da mesa administrativa da instituição e aprovado e regularizada para iniciar a construção, pelo governo do Estado de Minas Gerais (Gonçalves, 2015).

O presidente da comissão, João Netto, realizou, na época, uma campanha entre os fazendeiros da cidade, a fim de arrecadar cabeças de gado para doação, para que, depois de vendas, somassem 25 contos de réis (cerca de 3,075 milhões de reais), que seria utilizado para comprar o terreno da futura instituição (SCMC, 1949).

Assim como constatado na Santa Casa de Misericórdia de Catalão, outras Santas Casas pelo Brasil, como a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, no século XIX, segundo Silva (2010), também buscavam doações de cidadãos influentes e com maior poder aquisitivo, como, no caso paulistano, a família Prado, além de outros grupos de poder em São Paulo, como a Baronesa de Limeira e o Barão de Iguape, chamado de Antonio da Silva Prado, de forma a subsidiar os valores para compra do terreno para a instituição hospitalar, além de auxílio para a construção do prédio.

Além do observado nas Santas Casas de Misericórdias de Catalão e de São Paulo, destaca-se, segundo Franco (2014), que a Irmandade e Hospital da Misericórdia do

Recife também sofreu influência e doações locais para a sua idealização e construção, sendo na realidade pernambucana, realizado pela doação do patrimônio do neto do coronel João de Souza, figura importante na política e sociedade do Recife, na época.

Além disso, muitas evoluções foram constatadas, sendo que, entre elas, há o acerto da contratação da construção do edifício da Santa Casa e o recebimento de 600 contos de réis (73,8 milhões de reais) pelo Governo Federal, na figura do deputado Galego Paranhos, sendo, na época, suficiente para a construção da primeira laje desta instituição hospitalar filantrópica (SCMC, 1949).

No ano de 1950, diversos assuntos foram discutidos, sendo que os principais abordaram a autorização para a compra do terreno em que ficaria a futura Santa Casa de Misericórdia de Catalão e a apresentação da planta base da instituição, na qual foram solicitadas alterações por parte dos médicos da unidade (SCMC, 1950).

Miranda (2015) ressalta que a Santa Casa de Belém, assim como em Catalão, teve seu projeto da planta base alterado para adequação aos recentes padrões da época para a instauração de uma arquitetura hospitalar, buscando o conforto e bem-estar, a eficiência operacional e a segurança do paciente.

Ainda no ano de 1950, houve necessidade de realizar a prestação de contas da verba fornecida pelo Governo Federal à Santa Casa de Misericórdia de Catalão. Assim, a empresa contratada para a construção da unidade hospitalar forneceu os recibos de quitação da primeira etapa do serviço, desde que lhe fossem realizados os pagamentos correspondentes às três últimas prestações. Este fato gerou insatisfação em diversos membros da diretoria da unidade, contra as prestações a serem pagas, solicitando o esclarecimento do assunto para o dono da Neto LTDA.

Assim como ocorrido na realidade catalana, na Santa Casa de Guaxupé - MG, também teve que ser realizada a prestação de contas para a construção do complexo hospitalar, e assim como na realidade de Catalão, foi exposto uma realidade devedora maior do que a arrecadação, necessitando de maior aporte financeiro, tanto do Governo Federal, quanto de donativos privados, como o caso de Catalão, com a agência Ford fornecendo à diretoria da instituição filantrópica um automóvel da marca, ano 1951, ao preço de tabela, para ser rifado em benefício das obras do hospital e, no caso de Guaxupé, pela doação do Dr. João Carlos de Magalhães Gomes e seus irmãos (Silva, 2011; SCMC, 1952).

No ano de 1950 foi redigida uma carta ao deputado federal Diógenes Sampaio, a fim de relatar as atividades de construção da Santa Casa, de modo que o Governo Federal consiga realizar um aporte financeiro maior para a construção da Santa Casa de Misericórdia de Catalão (SCMC, 1950).

No ano de 1951, ocorreu o recebimento da verba do Governo Federal solicitada pela carta ao deputado Diógenes Sampaio, na quantia de 150.000 cruzeiros, necessitando que representantes da diretoria da Santa Casa de Catalão fossem até a Capital Federal, o Rio de Janeiro, para resolver os trâmites burocráticos (SCMC, 1951).

No ano de 1952, visita realizada em 1951 pelos procuradores da Santa Casa de Catalão na Capital Federal trouxeram mais dois recebimentos do Governo Federal, com valores de 250 mil e 150 mil cruzeiros.

Ainda no ano de 1952, vale ressaltar que o governador do Estado de Goiás, Mauro Borges, além de outras figuras políticas da época, Wagner Estelita Campos, Sebastião Santana e Benedito Vaz, trouxeram outros recursos que colaboraram para que fosse possível uma ampliação da obra da Santa Casa de Misericórdia de Catalão (SCMC, 1952).

Diferentemente da realidade catalana, a Santa Casa de Guaxupé não conseguiu grande êxito no que tange o recebimento de recursos Estaduais e Federais na fase pré-inaugural, como no caso de Catalão, com o aporte financeiro, de 1950 a 1952, pelo Governo Federal, quanto no ano de 1952, pelo auxílio do Governo do Estado de Goiás, na figura do governador e de outras figuras públicas. Assim, ressalta-se que a realidade do hospital filantrópico de Guaxupé foi árdua, necessitando de arrecadação de doações populares, doações particulares dos membros da mesa diretora e pela realização de festas nos primeiros anos.

No entanto, mesmo com essas atitudes arrecadatórias da diretoria, a Santa Casa de Guaxupé não conseguiu ter um movimento contínuo de atendimentos, pela falta de recursos, funcionando de forma intermitente e com irregularidades (SILVA, 2011).

No documento, emitido em 09 de Junho de 1987, por meio do Conselho Nacional de Serviço Social, instituído pelo Decreto-Lei nº 525, do Ministério da Educação e Cultura, atesta-se, de acordo com o artigo 8º da Lei nº 1493, de 13 de dezembro de 1951, que a Santa Casa de Misericórdia de Catalão foi registrada no Conselho Nacional de Serviço Social, cuja função é a de entender os problemas e funcionar como um administrativo do serviço social, conforme o processo nº 102.352/52 deferido em 14 de janeiro de 1953 (SCMC, 1987; CNSS, 1938).

Ademais, no dia 18 de agosto de 2023, o Tabelionato 2º de Notas da Cidade de Catalão certificou no Livro de Registro Civil de Pessoas Jurídicas nº A-1, às fls. 15/21, sob o nº de ordem 9, em 11 de dezembro de 1958, o registro do Estatuto Social da Santa Casa de Misericórdia de Catalão, na qual, segundo o artigo 54 do Código Civil, tem a função de conter todas as características e definições da pessoa jurídica (SCMC, 2023; CC, 2002).

A inauguração da Santa Casa de Misericórdia de Catalão foi no dia 20 de agosto de 1959, 10 anos após o início da construção, com o intuito de comemorar o primeiro centenário da cidade.

No dia de sua inauguração, a instituição já estava com o pavimento superior pronto e com apartamentos e enfermarias mobiliados para receber os futuros pacientes. No entanto, apenas o centro cirúrgico não estava completamente pronto, tendo apenas uma sala de acordo com o planejado na obra.

Segundo os relatos da época, o diretor da recém inaugurada instituição, o Dr. Lamartine Pinto de Avelar, abriu a instituição para que a população mais pobre e indigente pudesse ser beneficiada. Alguns dias depois da tão esperada inauguração, foi possível ser realizada, com pleno sucesso, a primeira cirurgia da Santa Casa de Catalão, justamente em um paciente que atendia o público-alvo idealizado pelo diretor da Santa Casa de Misericórdia de Catalão (Abrão, 2020).

Assim como em Catalão, nas Santas Casas de São João Del Rei e Diamantina, desde a planta base à prática efetiva após a inauguração dos hospitais, os principais objetivos médicos-hospitalares estavam vinculados às novas concepções modernas de condutas médicas, aproximando ao modelo europeu, como retratado em Portugal, na qual a prática da medicina buscava a cura, tanto no âmbito clínico ambulatorial, quanto no âmbito cirúrgico (Gonçalves, 2015).

Nesta instituição, no entanto, os atendimentos não eram separados por especialidades, com médicos especialistas em cada setor, diferentemente da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que, ainda no final do século XIX, passou a separar os doentes em grandes áreas da medicina, como clínica geral, cirurgia, ginecologia, oftalmologia e otorrinolaringologia, além de serviços para doenças específicas, como a hanseníase e a tuberculose (Silva, 2010).

Gonçalves (2015) ressalta que o fator que diferencia a Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei, como também em Catalão e São Paulo, quando comparada ao do Rio de Janeiro, é o fato de possuírem a presença de um médico responsável por todos os tratamentos instituídos no âmbito intra hospitalar, em contraposição ao carioca, visto que o papel de instituição de terapias poderiam ser realizados pelas irmãs de caridade, que seriam pagas para realizarem os serviços em conjunto com o corpo médico.

No entanto, desde a sua inauguração até o ano de 1965, a Santa Casa passou por muitas dificuldades financeiras, pois atraía cada vez mais pacientes de Catalão e região da estrada de ferro, porém, não tinha assegurado a ajuda governamental com auxílios e subvenções.

Assim, diferentemente dos auxílios e melhores condições frente à Santa Casa de Guaxupé, anteriormente à inauguração, a realidade catalana pós 1959 trouxe à tona a dificuldade de manutenção e arrecadação de verbas para manutenção hospitalar, tanto do âmbito governamental quanto federal. Assim, assemelha-se às dificuldades do hospital de Guaxupé, com a necessidade de manter os procedimentos básicos para os pacientes, assim como a Santa Casa de Catalão, por meio de donativos particulares (Silva, 2011).

Diante desse fato de escassez de recursos financeiros, vale salientar a importância da equipe médica, que era liderada pelos médicos Lamartine Pinto de Avelar, Roberto Marot e Silvio Paschoal. Muitos dos médicos da instituição, citados acima, realizavam um bom atendimento e muitas vezes não cobravam a maior parte de seus honorários trabalhados (Abrão, 2020).

No dia 29 de março de 1966, a Câmara Municipal de Catalão, de acordo com a lei número 4, considera, segundo o artigo 1º, de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Catalão. O documento foi assinado pelo então prefeito da época, Leovil Evangelista da Fonseca, e pelo secretário da época, Érico Meirelles. O arquivo disponível é uma cópia de 27 de junho de 1984, que confere com o original, lavrado às folhas 11 v do livro de número 5 de Registro de Leis (SCMC, 1984).

As regras pelas quais as sociedades são declaradas de utilidade pública advém da lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, na qual devem provar como requisitos ser personalidade jurídica, estar em funcionamento e servir à coletividade e que os cargos de diretoria não sejam remunerados, exceto nos casos de associações assistenciais ou fundações sem fins lucrativos, sendo que esta declaração deve ser feita por decreto do Poder Executivo (CD, 1935).

No dia três de novembro de 1966, a Santa Casa de Misericórdia de Catalão requereu a inscrição da sua pessoa jurídica no cadastro dos Contribuintes do Estado. Esta inscrição esteve regulamentada pela Portaria de número 813. Assim, foi comprometido que a instituição apresentaria a sua ficha de inscrição. No dia 27 de março de 1968, foi emitida a primeira via do cadastro dos Contribuintes do Estado. A inscrição foi realizada pelo número 0157617. Neste documento, além das informações sobre a entidade, cita-se nas observações de se tratar de uma entidade de caráter filantrópico e considerada de utilidade pública pela lei nº 4, de 29 de março de 1966 (SCMC, 1968).

No ano de 1966, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), as despesas médicas e hospitalares passaram a ser pagas por este instituto, na qual foi possível que a instituição tivesse maior valor no orçamento. No entanto, passado um tempo, e com a expansão dos custos de saúde, o INPS diminuiu os atendimentos, o que acarretou na necessidade de adaptação da Santa Casa de Catalão (Abrão, 2020).

Com o advento do golpe cívico militar de 1964, houve uma grande mudança no sistema de saúde previdenciário no país, passando e unificando os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) em apenas um, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Neste novo sistema, além dos antigos beneficiários, outros agentes sociais foram incorporados ao plantel de atendimento, sendo eles, os trabalhadores rurais, de serviços domésticos e autônomos, no entanto, não são alterados a necessidade de ser contribuinte e vinculado ao Instituto para receber assistência à saúde, sendo excluídos uma grande parcela da população não vinculada ao INPS (Reis, 2023).

Nesta época, além do fortalecimento do sistema privado de saúde, houve diversos convênios e contratos com entidades beneficentes e filantrópicas, sendo uma delas a Santa Casa de Misericórdia de Catalão (Abrão, 2020).

Houve, neste período, o encolhimento do Ministério da Saúde, na qual houve uma queda do orçamento, sendo este precário e decadente, de 4,6% do orçamento global da União em 1961, para apenas 0,9% no ano de 1974 (Escorel, 2012).

Nos anos que se seguem, especificamente na década de 70, destaca-se uma nova visão de saúde, na qual busca enfrentar a grave situação de saúde da população desencadeada pela crise econômica vigente. Assim, médicos de orientação progressista buscam confrontar os setores vigentes no Ministério da Saúde, com atuação conjunta na Fundação SESP e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam). Dessa forma, observa-se um ambiente crescente de ideais progressistas, que, aos poucos, mostra um caráter reformista, visto, no final da década de 80, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) (Escorel, 1999).

No ano de 1976, o primeiro diretor e o principal médico da instituição, Dr. Lamartine Pinto de Avelar, faleceu. Com esse acontecimento, a Santa Casa precisou ampliar o quadro clínico, com médicos de diversas especialidades. Assim, os médicos que ingressaram na instituição foram: Wilson Mendes, Aguinaldo Mesquita, Delmo Moreira, João Sebba, Arnaldo Batista, Eduardo Caixeta, Elaine Teixeira, Fernando Aires e Jeová Nascimento.

No dia 28 de janeiro de 1987, a Santa Casa de Misericórdia de Catalão, foi filiada à C.M.B (Confederação das Misericórdias do Brasil), tendo seu registro sob número 022, no livro 001. O documento fornecido é da C.M.B, que atesta esta informação, em 29 de outubro de 1993, sob artigo primeiro do Decreto Presidencial de 20 de abril de 1993, publicado no D.O.U de 22 de abril de 1993, do artigo 2º, parágrafo 4º do Decreto 752 de fevereiro de 1993, da Presidência da República e do Capítulo V inciso 12.2 da ODS INSS/DAF nº 72 de 07 de abril de 1993 (SCMC, 1993).

No dia 22 de Abril de 1991, o presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Collor de Mello, por meio do Diário Oficial da União, nº 76, declara, pelo decreto de 1º de abril de 1991, a utilidade pública federal da Santa Casa de Misericórdia de Catalão, localizada na cidade de Catalão, no Estado de Goiás, no processo nº 17.361/27-21 (SCMC, 1991).

A história de constituição da Santa Casa de Misericórdia de Catalão e a história da saúde e formação médica no Brasil não se distanciam. A formação médica, inclusive, é anterior à história das Santas Casas, pois remota Hipócrates e a Grécia Antiga. Importante aduzir a esta reflexão o que é pontuado por Machado, Wuo e Heinzle (2018) ao mencionar que a formação médica se adequa às necessidades sociais.

Pensar no currículo de formação, nas competências e habilidades que remontam ao surgimento da Santa Casa em Catalão é depreender a necessidade voltada para a perspectiva de um profissional especialista, diferente do formato que há hoje, quando,

com a expansão da Atenção Primária à Saúde (APS), há a necessidade de professores com perspectiva a atender na Estratégia de Saúde da Família.

Isso exige um médico que seja generalista, que tenha seu saber médico e sua conduta profissional pautada em princípios da humanização e da percepção do sujeito como um ser complexo, formado por múltiplas dimensões e não mais na perspectiva de ver apenas um corpo adoecido. Não à toa, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia têm, hoje, o cuidado de formar esse novo perfil profissional que se atente às questões sociodemográficas e psicoemocionais (Machado; Who; Heinzle, 2018).

O entrelaçamento entre a história institucional e da Santa Casa e a história de instalação do curso de Medicina da Universidade Federal de Catalão se entrelaçam quando sua história está ligada à Universidade Federal de Goiás e a necessidade de garantir que o sudoeste goiano pudesse contribuir com a história da educação médica, ainda que a instalação suso mencionada no só tenha ocorrido no ano de 2019.

De forma semelhante, considerando a historicidade da Santa Casa de Misericórdia de Catalão e a história da Educação, encontra-se elos quando a Lei de Criação do SUS, Lei 8080/1990 aponta que os estabelecimentos de saúde devem ser campos de vivências práticas de formandos em saúde, incluindo, aí, a formação médica (Brasil, 1990)

Hoje, transcorridos 65 anos, a Santa Casa continua contribuindo com a formação de profissionais médicos, disponibilizando suas dependências para atividades de visitas técnicas, acompanhamento voluntário e curricular de procedimentos cirúrgicos, clínicos gerais, garantindo que os estudantes não só da Medicina, mas de outros cursos da Área da Saúde tenham oportunidade de aprendizagem que associem a teoria à prática, como preconizado.

Discutir a relação mencionada é pensar em como, no currículo da saúde permeia a relação formação e mundo do trabalho. É caminhar para uma linha de raciocínio que também correlacione a formação e o saber, pensando em que matrizes pedagógicas são abordadas para que o profissional graduado em medicina atenda às necessidades do SUS.

Considerações Finais

A principal limitação enfrentada durante a elaboração deste artigo foi a dificuldade em encontrar documentos e fontes históricas relativas à Santa Casa de Misericórdia de Catalão após a década de 90. A escassez de registros públicos e materiais disponíveis, tanto em arquivos físicos quanto em fontes digitais, restringiu a análise detalhada desse período específico em diante. Esse fator limitou a abrangência do estudo, uma vez que a documentação encontrada sobre a instituição se mostrou insuficiente para fornecer uma visão completa da historicidade de suas atividades e transformações nas últimas décadas.

A análise da trajetória da Santa Casa de Misericórdia de Catalão desde sua fundação até a contribuição para a educação médica na cidade, revela um panorama de evolução significativa e contribuições notáveis para a saúde pública e a formação de novos médicos na região da Estrada de Ferro do sudeste goiano.

Assim, a trajetória da Santa Casa de Misericórdia de Catalão evidencia sua importância histórica e sua capacidade de adaptação ao longo dos anos. Desde sua fundação, a instituição não apenas respondeu às necessidades emergentes da

comunidade, mas também contribuiu para o desenvolvimento do ensino médico na região. Sua evolução reflete a resiliência e o compromisso com a promoção da saúde e do ensino, marcando um legado duradouro na história da saúde pública na região.

Uma sugestão relevante e necessária para futuras pesquisas sobre o tema deste artigo envolve a compreensão detalhada do funcionamento da gestão de recursos financeiros públicos da Santa Casa de Misericórdia de Catalão, com foco específico no financiamento público de saúde. Explorar como esses recursos são captados, alocados e utilizados pela instituição pode fornecer uma visão valiosa sobre sua sustentabilidade financeira e eficiência administrativa. Além disso, a análise da relação entre o financiamento público e a prestação de serviços de saúde pode contribuir para identificar possíveis desafios e oportunidades para o aprimoramento da gestão e do atendimento hospitalar.

Referências

ABREU, Laurinda. O Papel das Misericórdias dos “Lugares de Além-Mar” na Formação do Império Português. *História, Ciências e Saúde*, 2001, vol. 8, nº 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pidS0104-59702001000400005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 31 de outubro de 2023.

BRASIL. Artigo 54 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Art. 54 Sob Pena de Nulidade, o Estatuto das Associações. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

BRASIL. Decreto - Lei nº 525, de 1 de julho de 1938. Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e Fixa as Bases da Organização do Serviço Social em Todo o País. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=525&ano=1938&ato=0770TVE1EerpXTbb8>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. Determina Regras pelas Quais são as Sociedades Declaradas de Utilidades Pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0091.htm. Acesso em: 21 de novembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe Sobre as Condições para a Promoção, Proteção e Recuperação de Saúde, a Organização e o Funcionamento dos Serviços Correspondentes e Dá Outras Providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 14 de agosto de 2024.

BUENO, Edir de Paiva. Cidade de Catalão (GO): um Espaço Urbano em Expansão e em Mutação. Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão, Catalão (GO), 2007. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/Bueno_edir_paiva_cidade_catal_o.pdf. Acesso em: 19 de novembro de 2023.

CARNEIRO, Glauco. O Poder da Misericórdia: a Irmandade da Santa Casa na História Social e Política da Cidade de São Paulo (1560 - 1985). 1986. São Paulo: Press Gráfica, 1986, v. 2, p. 317. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/hzX7pxNLCLZgGDYmBPC5Xwq/?format=pdf>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

ESCOREL, Sarah. Reviravolta na Saúde: Origem e Articulação do Movimento Sanitário. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 208 p. ISBN 978-85-7541-361-6. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/qxhc3>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

FERREIRA, Luciana de Moura. A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza: Acolhimento de Enfermos e Educação para a Saúde Pública (1861-1889). 2017. 128f. - Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/24235>. Acesso em: 24 de novembro de 2023.

FRANCO, R. J.. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 27, n. 53, p. 5–25, jan. 2014.

GONÇALVES, A. M.; GOULART, M. S. B. História das Santas Casas na Assistência à Saúde Mental mineira no século XIX. Revista Tempos Gerais, [S. l.], v. 4, n. 2, 2016. Disponível em: <https://seer.ufsj.edu.br/temposgerais/article/view/1431>. Acesso em: 26 set. 2024.

ESCOREL, S. et.al. Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, 1097 p. ISBN: 978-85-7541-349-4. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/c5nm2/pdf/giovanella-9788575413494.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, Instituições e Políticas de Saúde no Brasil (1930-1945). Educar, Curitiba, n. 25, p. 127 - 141, 2005. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/YFprXwcGwr3jrnCXwRM8TGb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

MACHADO, C. D. B.; WUO, A.; HEINZLE, M.. Educação Médica no Brasil: uma Análise Histórica sobre a Formação Acadêmica e Pedagógica. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 42, n. 4, p. 66–73, out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/kj4F6KSJnvPjJjLGhkPKqL/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 14 de agosto de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/FgpDFKSpjsybVGMj4QK6Ssv/>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

MIRANDA, Cybelle Salvador et al. Santa Casa de Misericórdia e as Políticas Higienistas em Belém do Pará no Final do Século XIX. Saúde-Manguinhos, online, v. 22, n. 2, página 525-539, 2015.

PADILHA, M. I. C. DE S.; BORENSTEIN, M. S.. O método de pesquisa histórica na enfermagem. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 14, n. 4, p. 575–584, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/xP3qnvKypfxsX3NXZGyf3vk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

PINHO, Joana Maria Balsa Carvalho. As Casas de Misericórdia: Confrarias da Misericórdia e a Arquitetura Quinhentista Portuguesa. 2012. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686>. Acesso em: 28 de outubro de 2023.

Recordações da Academia Catalana de Letras - A Santa Casa de Misericórdia de Catalão. Maysa Abrão, 2020. Disponível em:

<https://www.maysabiao.com.br/recordacoes-da-academia-catalana-de-letras-a-santa-casa-de-misericordia-de-catalao/>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

REIS, José Roberto. Reforma Sanitarista e a Formulação do SUS. COC, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://ohs.coc.fiocruz.br/posts_ohs/jose-roberto-reis-reforma-sanitaria-e-a-formulacao-do-sus/. Acesso em 24 de outubro de 2023.

SAMPAIO, G. DOS R.. DECRÉPITOS, ANÊMICOS, TUBERCULOSOS: AFRICANOS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA (1867-1872). Almanack, n. 22, p. 207–249, maio de 2019.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CATALÃO. Atas da Fundação da Santa Casa de Misericórdia de Catalão, 1949.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CATALÃO. Atas da Fundação da Santa Casa de Misericórdia de Catalão, 1950.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CATALÃO. Atas da Fundação da Santa Casa de Misericórdia de Catalão, 1951.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CATALÃO. Atas da Fundação da Santa Casa de Misericórdia de Catalão, 1952.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CATALÃO. Filiação da Santa Casa de Misericórdia de Catalão na Confederação das Misericórdias do Brasil em 1987, CMB, 1993.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CATALÃO. Inscrição da Santa Casa de Misericórdia de Catalão no Cadastro dos Contribuintes do Estado, 1968.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CATALÃO. Registro da Santa Casa de Misericórdia de Catalão no Conselho Nacional de Serviço Social em 1951, Ministério da Educação e Cultura, 1987.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CATALÃO. Utilidade Pública da Santa Casa de Misericórdia de Catalão pela Câmara Municipal de Catalão em 1966, Cópia ao Original, 1984.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CATALÃO. Utilidade Pública Federal da Santa Casa de Misericórdia de Catalão, 1991.

SILVA, Márcia Regina Barros. Santa Casa de Misericórdia de São Paulo - Saúde e Assistência Se Tornam Públicas (1875-1910). Varia História, 2010, vol. 26, nº 44: p. 395-420. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/hzX7pxNLCLZgGDYmBPC5Xwq/?format=pdf>. Acesso em 5 de novembro de 2023.

SILVA, Maria Regina Guimarães Silva. A História da Fundação da Irmandade de Misericórdia de Guaxupé-MG. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, 2011.

Contribuições dos autores:

Carlos Alberto Alves Quintino Filho: realizou sua Iniciação Científica, o qual deu base para o artigo. Apoiou o planejamento da pesquisa e na coleta de dados e documentos, bem como na análise dos dados e documentos, assim como na redação do artigo.

Francisco Ricardo Miranda Pinto: orientador do trabalho, apoiou o planejamento do estudo, orientou a coleta de dados e documentos, orientou as análises dos dados e documentos, bem como apoiou na redação do artigo.